



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO TSE Nº 90012/2026

1. OBJETO

1.1. Prestação de serviços de link de comunicação de dados entre o Tribunal Superior Eleitoral - TSE e a Internet, incluindo serviços de suporte técnico e mitigação de ataques de negação distribuída de serviços (DDoS), pelo período de 36 meses, prorrogáveis nos termos da lei, consoante especificações, exigências e prazos constantes deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem o escopo de atender a necessidade de prover acesso à Internet com segurança ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

2.2. A fundamentação da presente contratação e de seus quantitativos, assim como a descrição da solução como um todo, encontram-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar, Documento SEI nº 3332853.

2.3. O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade são passíveis de definição objetiva por meio deste Termo de Referência.

3. ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER EXECUTADO

| Tabela - Contratação por Grupos | | | | |
|---------------------------------|------|--|-------------------|------------|
| Grupo | Item | Descrição Sucinta do Serviço | Unidade de Medida | Quantidade |
| 1 | 1 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 |
| | 2 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 1 | mês | 36 |
| | 3 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 |
| | 4 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 3 | mês | 36 |
| | 5 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 |
| | 6 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 5 | mês | 36 |
| | 7 | Construção de caixa de entrada e interligação com infraestrutura existente no TSE | unidade | 1 |
| | 8 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 |
| | 9 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 8 | mês | 36 |
| | 10 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 |

| 2 | Tabela - Contratação por Grupos | | | |
|---|---------------------------------|---|-----|----|
| | 11 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 10 | mês | 36 |
| | 12 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 |
| | 13 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 12 | mês | 36 |

3.1.1. As licitantes deverão ofertar os preços para os serviços conforme Modelo de Proposta - Anexo I-II deste Termo de Referência.

3.1.2. A fim de assegurar total redundância das conexões à Internet, a mesma licitante não poderá sagrar-se vencedora dos grupos 1 e 2 simultaneamente.

3.1.3. A exigência do inciso 3.1.2 justifica-se, pois os grupos 1 e 2 destinam-se a operar em modo de contingência um do outro, de forma a garantir que não haja pontos de falha em comum envolvidos na prestação do serviço de comunicação de dados para conexão da rede do TSE à Internet.

3.1.4. Caberá às CONTRATADAS o fornecimento de todos os produtos e insumos necessários para implementação e funcionamento dos enlaces de acordo com este Termo de Referência e seus anexos.

3.1.4.1. Todos os produtos fornecidos para a implementação dos enlaces de comunicação deverão ser recolhidos pela CONTRATADA ao final do contrato em até 90 dias a partir da notificação pelo TSE, sob pena de descarte.

3.1.5. A eventual obtenção de informações por parte das CONTRATADAS sobre os enlaces a serem instalados é totalmente restrita à plataforma de comunicação oferecida pelas CONTRATADAS, sendo expressamente negado o acesso a qualquer componente de rede da Justiça Eleitoral para obtenção de informações complementares sobre os enlaces fornecidos (acesso a roteadores, switches e outros elementos ativos de rede que possam fornecer dados de gerenciamento sobre os enlaces utilizados). Será permitido o acesso até o roteador fornecido pela CONTRATADA.

3.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

3.2.1. Link de Internet de 4 Gbps, Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 (Itens 1 e 8).

3.2.1.1. O detalhamento das especificações técnicas encontra-se no Anexo I-I deste Termo de Referência.

3.2.2. Link de Internet de 4 Gbps, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 (Itens 3, 5, 10 e 12).

3.2.2.1. O detalhamento das especificações técnicas encontra-se no Anexo I-I deste Termo de Referência.

3.2.3. Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 (Itens 2, 4, 6).

3.2.3.1. O detalhamento das especificações técnicas encontra-se no Anexo I-I deste Termo de Referência.

3.2.4. Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 (Itens 9, 11 e 13).

3.2.4.1. O detalhamento das especificações técnicas encontra-se no Anexo I-I deste Termo de Referência.

3.2.5. Construção de caixa de entrada e interligação com infraestrutura existente no TSE (Item 7)

3.2.5.1. O detalhamento das especificações técnicas encontra-se no tópico 3.3.17 deste Termo de Referência.

3.3. PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1. A CONTRATADA deverá concluir a implementação e iniciar a execução dos serviços contratados de todos os itens do seu respectivo grupo em até 60 dias corridos, contados da data estipulada na Ordem de Serviço.

3.3.1.1. A ordem de serviço será emitida pela Fiscalização em até 30 dias contados do início da vigência contratual. Na ordem de serviço constará a data de início da implementação dos serviços.

3.3.2. O prazo será sempre contínuo, não se interrompendo nos sábados, domingos e feriados, salvo disposição contratual ou edilícia em sentido contrário.

3.3.3. O prazo considerar-se-á prorrogado para o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, quando não houver expediente no TSE ou, ainda, quando o expediente for encerrado antes do horário normal de funcionamento.

3.3.4. A contagem do período de atraso na entrega será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

3.3.5. Para cada item da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR, a CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE a finalização da implementação dos serviços e deverá comprovar, por meio de teste de desempenho, o bom funcionamento do objeto contratado e o atendimento de todos os requisitos deste Termo de Referência.

3.3.5.1. Para o serviço de link de Internet será realizado teste de velocidade através de ferramentas disponíveis no mercado e deve ser possível constatar o atendimento da velocidade contratada sem perdas de pacote.

3.3.5.2. Para o serviço de proteção contra ataques de negação de serviço, serão realizados testes de funcionamento da ferramenta de mitigação, sem exigência de simulação de ataque.

3.3.6. Após realização do teste de desempenho, em caso de verificação de não conformidade com as exigências deste Termo de Referência e seus anexos, A CONTRATADA deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os componentes dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais empregados, além de cumprir quaisquer obrigações pendentes apontadas pela fiscalização técnica.

3.3.7. A não conformidade poderá ocorrer, no máximo, 3 vezes, após esse limite será considerada inexecução parcial do contrato.

3.3.8. Enquanto a fiscalização ou comissão previamente designada não realizar a aceitação dos testes de desempenho dos serviços daquele item da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR, o serviço não será considerado implementado, ou seja, não será acrescido tempo adicional aos 60 dias em caso de reparos, correções ou substituições.

3.3.9. Após a aceitação do teste de desempenho pela fiscalização ou comissão previamente designada, no prazo de até 10 dias corridos será agendada a atividade de migração dos serviços contratados. A atividade de migração será realizada prioritariamente fora do horário comercial (08h às 18h), podendo ocorrer no final de semana.

3.3.10. Após a atividade de migração, terá início o Período de Funcionamento Experimental - PFE, de 10 dias corridos, período destinado à verificação do funcionamento dos serviços conforme exigências deste Termo de Referência.

3.3.11. Durante o PFE, em caso de verificação de não conformidade com as exigências deste Termo de Referência e seus anexos, a CONTRATADA deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os componentes dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais empregados, além de cumprir quaisquer obrigações pendentes apontadas pela Fiscalização em até 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação.

3.3.12. Decorrido o prazo ou sanada a(s) incorreção(ões) apontada(s) pela fiscalização, será reiniciado o prazo para novo PFE de 10 dias corridos.

3.3.13. A não conformidade poderá ocorrer, no máximo, 3 vezes, após esse limite será considerada inexecução parcial do contrato.

3.3.14. Transcorrido o PFE sem notificações, a fiscalização técnica ou comissão previamente designada irá comunicar à CONTRATADA a data inicial da prestação dos serviços contratados e, conseqüentemente, o marco inicial relativo ao 1º faturamento.

3.3.15. Os serviços deverão ser executados de acordo com o cronograma de execução contido no Tópico 3.4 deste Termo de Referência.

3.3.16. O serviço será prestado no TSE, localizado no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 7, Lotes 1 e 2, Brasília - DF, durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante toda a vigência contratual.

3.3.17. A CONTRATADA do Grupo 1 deverá executar obras civis para a construção de caixa de entrada de fibra óptica dentro do TSE e interligação dela com a infraestrutura interna existente.

3.3.17.1. A referida caixa não será de uso exclusivo da operadora do Grupo 1 e será de propriedade do TSE, não podendo ser removida ou destruída ao término do contrato.

3.3.17.2. A caixa a ser construída deve possuir dimensões, no mínimo, semelhantes às da caixa R2; sugere-se utilizar as medidas de 140 cm de comprimento, 80 cm de largura e 80 cm de profundidade.

3.3.17.3. A caixa poderá ser de alvenaria em bloco de concreto preenchidos com concreto simples.

3.3.17.4. A tampa deverá ser de ferro fundido, nas medidas da tampa R2 (110 x 55cm).

3.3.18. A CONTRATADA do Grupo 2 será responsável por obras civis, até a caixa de entrada existente de fibra óptica do TSE, para instalação dos links, recuperando o local com suas características originais. No ambiente interno do TSE, deverão ser utilizados os dutos e calhas já disponibilizados.

3.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.4.1. A Contratada deverá cumprir os eventos descritos na tabela a seguir, respeitando os prazos máximos estabelecidos:

| MARCO (dias úteis /corridos) | EVENTO | RESPONSÁVEL | CRITÉRIO DE ACEITE |
|---|--------------------------------------|--------------------|--|
| D | Início da Vigência Contratual | TSE e Contratada | De acordo com o previsto no item 6.1.1 deste TR |
| D + 5 | Reunião Inaugural de Planejamento | TSE e Contratada | Ata de reunião assinada |
| E = D + 30 | Ordem de serviço | TSE | Notificação da fiscalização |
| F = E + 60 | Implementação dos serviços contratos | Contratada | Testes de performance e documentação com comprovação do bom funcionamento do objeto contratado |
| G = F +10 | Migração dos serviços | TSE e Contratada | Comunicação formal do início do Período de Funcionamento Experimental - PFE |
| | | | |

| | | | |
|------------|---|------------------|--|
| H = G + 10 | Período de Funcionamento Experimental - PFE | TSE e Contratada | Comunicação formal do fim do Período de Funcionamento Experimental - PFE sem notificações e início da efetiva execução dos serviços |
| M | Prestação do Serviço Mensal | Contratada | Serviços adequadamente entregues para avaliação final da Fiscalização |
| N = M + 10 | Apresentação de relatório | Contratada | Relatório de efetiva prestação mensal dos serviços para aferição de possível glosa por indisponibilidade e descontos por não atingimento do nível mínimo de serviços |
| O = N + 6 | Recebimento Definitivo | TSE | Emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados |

3.4.2. Os prazos de adimplemento dos eventos listados acima, de responsabilidade da contratada, admitem prorrogação, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 3 dias úteis do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela contratada, ficando a aceitação da justificativa a critério do TSE e sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4.2.1. A Fiscalização Técnica do contrato manifestar-se-á quanto à solicitação no prazo de até 2 dias úteis. O pedido de prorrogação deverá conter, ao menos:

- a) o motivo para o não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para conclusão;
- b) a comprovação de que trata este tópico deverá ser acompanhada de documentos que relatem e justifiquem a ocorrência dos fatos que ensejarão o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

3.5. GARANTIA TÉCNICA

3.5.1. O prazo de garantia mínimo é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.5.2. A contratada garante a prestação contínua e adequada dos serviços de acesso à internet durante toda a vigência contratual, em conformidade com os níveis de serviço (SLA) definidos neste Termo de Referência. O descumprimento das metas estabelecidas implicará aplicação de glosas, descontos proporcionais ou penalidades administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

3.6. SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E GERENCIAMENTO PROATIVO 24X7

3.6.1. A contratada deverá disponibilizar sistema de gerenciamento proativo que a capacite a detectar as falhas (fim a fim) e dar início ao processo de recuperação de forma autônoma em no máximo 15 minutos, sem a

necessidade de abertura de chamado por parte do TSE.

3.6.2. O sistema de gerenciamento proativo deverá funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante toda a vigência do contrato.

3.6.3. A contratada deverá dispor de sistema de abertura de chamados, via sistema web e via telefone 0800, provendo ao contratante a possibilidade de acompanhamento da resolução do chamado pela equipe designada pelo contratante.

3.6.4. Cada chamado aberto pela gerência proativa ou pelo contratante deverá ser registrado no sistema de atendimento e disponibilizado de forma clara, compreensível e facilmente legível, devendo compreender as seguintes informações mínimas:

- a) Número de registro de abertura do chamado técnico;
- b) Data e hora de abertura do chamado técnico;
- c) Identificação do Ponto de Presença que apresenta a falha/interrupção;
- d) Solicitante;
- e) Descrição do problema apresentado;
- f) Status da solicitação (chamado em aberto, pendentes ou fechados);
- g) Data e hora da execução dos serviços necessários; e
- h) Data e hora do encerramento do chamado.

3.6.5. A contratada deverá fornecer nome, contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TSE, bem como manter os dados atualizados durante toda a execução contratual, dos cargos listados a seguir, os quais poderão ser acionados para resolução de situações críticas envolvendo os serviços de link de Internet e serviço de proteção contra ataque de negação de serviço (AntiDDoS):

| Nível | Cargo |
|---------|-----------------------------|
| Nível 4 | Diretor Nacional |
| Nível 3 | Gerente de Contas Nacional |
| Nível 2 | Gerente de Contas/ Preposto |
| Nível 1 | Gerente Operacional |

3.6.6. A contratada deverá disponibilizar, no mínimo, canal de comunicação direto com equipe técnica habilitada para atuar em demandas críticas relacionadas ao serviço de link de Internet e ao serviço de proteção contra ataque de negação de serviço (AntiDDoS).

3.6.6.1. As demandas críticas são aquelas em que foi identificado ataques de negação de serviço não mitigados automaticamente, indisponibilidade e/ou degradação do serviço de link de Internet causadas por ataques de negação de serviço ou outras causas que afetem severamente a utilização dos serviços contratados.

3.6.6.2. Este canal direto de comunicação deverá ser plenamente estabelecido em até 5 minutos a partir da primeira tentativa de comunicação pela contratante.

3.6.6.3. Caso o prazo indicado não seja cumprido, a contratada estará sujeita à penalidade prevista no item 1 da tabela de infração do ANEXO I-V - SANÇÕES.

3.6.7. Os chamados serão classificados conforme as severidades especificadas a seguir:

| Nível de Severidade | Prazo para solução definitiva |
|---------------------|-------------------------------|
| Baixa | 15 dias |
| Média | 48 horas |
| Alta (crítica) | 2 horas |

3.6.7.1. A contratante irá informar o nível de severidade do chamado no momento da abertura do chamado nos canais disponibilizados pela contratada.

3.6.7.2. Os chamados poderão ser reclassificados no decorrer do

atendimento, a critério da contratante.

3.6.7.3. A contagem do prazo de solução definitiva de cada chamado será a partir da abertura do chamado nos canais disponibilizados pela contratada até a solução definitiva do problema, reconhecida pela equipe técnica da contratante.

3.6.7.4. Depois de concluído cada chamado, a contratada comunicará o fato à equipe técnica da contratante e solicitará autorização para o fechamento do chamado.

3.6.7.5. Caso a contratante não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado pela contratada. Nesse caso, a contratante fornecerá as pendências relativas ao chamado aberto.

3.6.7.6. É vedado o fechamento do chamado pela contratada sem autorização expressa da Contratante, sob pena de aplicação de sanção administrativa.

3.6.7.7. Caso o prazo indicado para a solução definitiva não seja cumprido, a contratada estará sujeita a descontos no faturamento mensal, conforme previsto no indicador 'D' do capítulo 3.7 INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR).

3.6.8. A pedido do TSE, a contratada deverá disponibilizar um profissional técnico para participar em sala de situação virtual, de maneira remota, com equipe do TSE para acompanhar sessões plenárias e outras atividades que demandem ações imediatas relacionadas ao serviço de link de Internet e ao serviço de proteção contra ataque de negação de serviço (AntiDDoS).

3.6.8.1. Esse profissional não será de exclusividade do TSE, podendo atuar em outros projetos da contratada.

3.6.8.2. As sessões plenárias ordinárias ocorrem, em regra, 2 vezes por semana durante cada semestre.

3.6.8.3. Podem ocorrer sessões plenárias extraordinárias durante o ano.

3.6.8.4. Para os eventos acima, a contratada será comunicada previamente para alocação do profissional.

3.6.9. A pedido do TSE, a contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 1 profissional técnico presencial nas dependências do TSE um dia anterior e no dia do pleito das Eleições Gerais ou Municipais (primeiro e segundo turnos) para realização de suporte técnico imediato.

3.6.10. A pedido do TSE, a contratada deverá encaminhar, no prazo de até 6 horas, um profissional técnico habilitado para atuar no serviço de Link, presencialmente nas dependências do TSE, para realização de suporte técnico. A presença física do profissional será requerida nas hipóteses em que as tentativas de resolução do chamado de forma remota não obtiverem êxito.

3.6.10.1. Caso o prazo indicado não seja cumprido, a contratada estará sujeita à penalidade prevista no item 1 da tabela de infração do ANEXO I-V - SANÇÕES.

3.7. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

3.7.1. A eficiência, eficácia e qualidade na prestação dos serviços serão avaliadas pelos indicadores relacionados abaixo. Os pagamentos dos serviços poderão ser ajustados de acordo com o cumprimento ou não das metas estabelecidas.

3.7.2. Para fins de Medição de Resultado, não serão consideradas indisponibilidades as seguintes situações:

3.7.2.1. Paradas programadas pela contratada e aprovadas pelo TSE. Neste caso, a autorização deve ser solicitada com, pelo menos, 10 dias úteis de antecedência.

3.7.2.2. Paradas ocasionadas por responsabilidade da contratante, como, por exemplo, manutenções programadas ou queda de energia

elétrica no local da prestação do serviço.

3.7.2.3. Paradas ocasionadas por casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

3.7.3. Indicador "A": Disponibilidade do serviço de link de Internet:

| ITEM | DESCRIÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|--|----------|--|----------------------------------|--------------|-------------|---|-----------------------------|----|------------------------------|-----|------------------------------|-----|-------------------------------|-----|--------------------------------|-----|--------------------------------|-----|--------------------------------|-----|--------------------------------|-----|
| Finalidade: | Garantir a disponibilidade do serviço de Link de Internet | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Meta a Cumprir: | Tempo de indisponibilidade total mensal inferior à 2 horas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Instrumento de Medição: | Relatório Mensal de Disponibilidade e registros da Fiscalização | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Responsável: | Fiscalização Técnica do Contrato | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Periodicidade: | Mensal | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mecanismos de Cálculo: | Tempo Total de Indisponibilidade = somatório de horas e minutos de indisponibilidade no mês | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Início da Vigência: | Início da execução do serviço | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustes no Pagamento: | <p>Após evento único ou em eventos de indisponibilidade somados durante o período de faturamento (mês) que atinjam os tempos indicados na coluna "Tempo Total de Indisponibilidade" da Tabela 3, será implicado à CONTRATADA desconto no percentual indicado na coluna "Desconto (%)" da Tabela 3, calculado sobre o valor mensal do item da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR. Limitado a 60% mensal.</p> <table><tr><th colspan="2">Tabela 3</th></tr><tr><th>Tempo Total de Indisponibilidade</th><th>Desconto (%)</th></tr><tr><td>Até 2 horas</td><td>0</td></tr><tr><td>Acima de 2 hora até 4 horas</td><td>5%</td></tr><tr><td>Acima de 4 horas até 6 horas</td><td>10%</td></tr><tr><td>Acima de 6 horas até 8 horas</td><td>15%</td></tr><tr><td>Acima de 8 horas até 10 horas</td><td>20%</td></tr><tr><td>Acima de 10 horas até 12 horas</td><td>25%</td></tr><tr><td>Acima de 12 horas até 14 horas</td><td>30%</td></tr><tr><td>Acima de 14 horas até 16 horas</td><td>40%</td></tr><tr><td>Acima de 16 horas até 24 horas</td><td>60%</td></tr></table> | Tabela 3 | | Tempo Total de Indisponibilidade | Desconto (%) | Até 2 horas | 0 | Acima de 2 hora até 4 horas | 5% | Acima de 4 horas até 6 horas | 10% | Acima de 6 horas até 8 horas | 15% | Acima de 8 horas até 10 horas | 20% | Acima de 10 horas até 12 horas | 25% | Acima de 12 horas até 14 horas | 30% | Acima de 14 horas até 16 horas | 40% | Acima de 16 horas até 24 horas | 60% |
| Tabela 3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tempo Total de Indisponibilidade | Desconto (%) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Até 2 horas | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 2 hora até 4 horas | 5% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 4 horas até 6 horas | 10% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 6 horas até 8 horas | 15% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 8 horas até 10 horas | 20% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 10 horas até 12 horas | 25% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 12 horas até 14 horas | 30% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 14 horas até 16 horas | 40% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 16 horas até 24 horas | 60% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sanções: | Após o limite de 24 horas de indisponibilidade mensal, a CONTRATADA estará sujeita à penalidade prevista no item 6 da tabela de infração do ANEXO I-V - SANÇÕES. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | |
|---------------------|--|
| Observações: | <p>Aplicável aos itens 1, 3, 5, 8, 10 e 12 da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR.</p> <p>A contratada deverá disponibilizar, mensalmente ao Tribunal, relatórios digitais com os índices apurados e totalizados para cada item da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR. Nos relatórios citados deverão ser apresentados: o tempo de indisponibilidade em minutos, o tempo de interrupções programadas e o tempo de interrupções de responsabilidade do contratante.</p> <p>A contratada deverá disponibilizar, quando demandado pelo Tribunal, relatório detalhando os tempos de falhas, minutos excedentes ao prazo máximo para reparo e disponibilidade por período (mês) e motivos das indisponibilidades apuradas.</p> <p>Será considerado como tempo de inoperância: - Os períodos em que a taxa de perdas de pacote for superior à 5%;</p> <p>Poderá haver comparação das informações do sistema de monitoramento da contratada com as coletadas pelo próprio TSE. Os tempos de inoperância causados por responsabilidade da contratante não serão considerados para fins de ajustes no pagamento e/ou aplicação de sanções.</p> |
|---------------------|--|

3.7.4. Indicador "B": Proteção dos links de comunicação contra ataque de DDOS;

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|--------------------------------|---|
| Finalidade: | Assegurar que o link contratado não se torne indisponível por ataques de DDoS e que o provedor adote mecanismos adequados de mitigação |
| Meta a Cumprir: | Pelo menos 99% do tráfego malicioso deve ser filtrado, evitando indisponibilidade perceptível para o usuário final. |
| Instrumento de Medição: | Baseada em logs, relatórios técnicos, medições automáticas e registros da Fiscalização |
| Responsável: | Fiscalização Técnica do Contrato |
| Periodicidade: | Mensal |
| Mecanismos de Cálculo: | $\text{Percentual de Tráfego malicioso filtrado (\%)} = \left(\frac{\text{volume de tráfego malicioso filtrado}}{\text{Total de volume de tráfego malicioso}} \right) * 100$ |
| Início da Vigência: | Início da execução do serviço |

| Ajustes no Pagamento: | <p>Será necessário identificar o volume de tráfego malicioso e, após evento único ou em eventos de indisponibilidade somados durante o período de faturamento (mês) que atinjam os percentuais indicados na coluna "Percentual de Tráfego malicioso filtrado" da Tabela 4, será implicado à CONTRATADA desconto no percentual indicado na coluna "Desconto (%)" da Tabela 4, calculado sobre o valor mensal do item da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR. Limitado a 40% mensal.</p> <table border="1" data-bbox="549 416 1347 913"> <tr> <th colspan="2">Tabela 4</th></tr> <tr> <th>Percentual de Tráfego malicioso filtrado (%)</th><th>Desconto (%)</th></tr> <tr> <td>Acima de 99%</td><td>0</td></tr> <tr> <td>Acima de 98,5% até 99%</td><td>5%</td></tr> <tr> <td>Acima de 98% até 98,5%</td><td>10%</td></tr> <tr> <td>Acima de 97,5% até 98%</td><td>20%</td></tr> <tr> <td>Acima de 97% até 97,5%</td><td>30%</td></tr> <tr> <td>Acima de 96% até 97%</td><td>40%</td></tr> </table> | Tabela 4 | | Percentual de Tráfego malicioso filtrado (%) | Desconto (%) | Acima de 99% | 0 | Acima de 98,5% até 99% | 5% | Acima de 98% até 98,5% | 10% | Acima de 97,5% até 98% | 20% | Acima de 97% até 97,5% | 30% | Acima de 96% até 97% | 40% |
|--|--|----------|--|--|--------------|--------------|---|------------------------|----|------------------------|-----|------------------------|-----|------------------------|-----|----------------------|-----|
| Tabela 4 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Percentual de Tráfego malicioso filtrado (%) | Desconto (%) | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 99% | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 98,5% até 99% | 5% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 98% até 98,5% | 10% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 97,5% até 98% | 20% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 97% até 97,5% | 30% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 96% até 97% | 40% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sanções: | <p>Abaixo ou igual a 96% de Percentual de Tráfego malicioso filtrado, a CONTRATADA estará sujeita à penalidade prevista no item 7 da tabela de infração do ANEXO I-V - SANÇÕES.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Observações: | <p>Aplicável aos itens 2, 4, 6, 9, 11 e 13 da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR. A CONTRATADA deverá disponibilizar, mensalmente ao Tribunal, relatórios digitais com os índices apurados e totalizados para cada item da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | |

3.7.5. Indicador "C": Disponibilidade dos canais de comunicação relacionados ao serviço de AntiDDoS;

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|--------------------------------|--|
| Finalidade: | Assegurar que os canais de comunicação permaneçam disponíveis e confiáveis, de forma a garantir a continuidade das operações e possibilitar o contato imediato com o gerente operacional/SOC sempre que necessário |
| Meta a Cumprir: | Os contatos com os canais de comunicação devem apresentar sucesso de contato a 99% por mês |
| Instrumento de Medição: | Registros da Fiscalização |
| Responsável: | Fiscalização Técnica do Contrato |
| Periodicidade: | Mensal |
| Mecanismos de Cálculo: | Taxa de Sucesso de contato (%) = (Número de contatos BEM-SUCEDIDOS com o gerente operacional ou SOC / Total de TENTATIVAS de contato realizadas ao gerente operacional ou SOC) * 100 |
| Início da Vigência: | Início da execução do serviço |

| Ajustes no Pagamento: | <p>Conforme o percentual de taxa de Sucesso de contato apurado no mês, aplicar-se-á o desconto conforme os parâmetros estabelecidos na Tabela 5. O desconto será calculado sobre o valor mensal do item correspondente da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR. Limitado a 20% mensal.</p> <table border="1" data-bbox="549 262 1347 580"> <tr> <th colspan="2">Tabela 5</th></tr> <tr> <th>Taxa de Sucesso de contato (%)</th><th>Desconto (%)</th></tr> <tr> <td>Acima de 99%</td><td>0</td></tr> <tr> <td>Acima de 80% até 99%</td><td>10%</td></tr> <tr> <td>Acima de 50% até 80%</td><td>20%</td></tr> </table> | Tabela 5 | | Taxa de Sucesso de contato (%) | Desconto (%) | Acima de 99% | 0 | Acima de 80% até 99% | 10% | Acima de 50% até 80% | 20% |
|--------------------------------|--|----------|--|--------------------------------|--------------|--------------|---|----------------------|-----|----------------------|-----|
| Tabela 5 | | | | | | | | | | | |
| Taxa de Sucesso de contato (%) | Desconto (%) | | | | | | | | | | |
| Acima de 99% | 0 | | | | | | | | | | |
| Acima de 80% até 99% | 10% | | | | | | | | | | |
| Acima de 50% até 80% | 20% | | | | | | | | | | |
| Sanções: | Até 50% de Taxa de Sucesso de contato, a CONTRATADA estará sujeita a penalidade prevista no item 8 da tabela de infração do ANEXO I-V - SANÇÕES. | | | | | | | | | | |
| Observações: | <p>A aferição do contato se dará por meio da formalização do contato através de correio eletrônico, ou seja, após cada contato o contratante formalizará por correio eletrônico o número de destino, data e hora e se o contato foi bem-sucedido ou não. Apenas os contatos registrados serão considerados para fins de cálculo.</p> <p>Aplicável aos itens 2, 4, 6, 9, 11 e 13 da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR.</p> <p>Será aplicado de forma conjunta para todos os itens acima no grupo contratado, ou seja, no grupo 1 será aplicado a soma do valor mensal dos itens 2, 4 e 6 e no grupo 2 será aplicado a soma do valor mensal dos itens 9, 11 e 13.</p> | | | | | | | | | | |

3.7.6. Indicador "D": Atendimento célere dos chamados dos serviços contratados;

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|--------------------------------|---|
| Finalidade: | Medir a rapidez com que os chamados de suporte são tratados e encerrados, garantindo que os problemas sejam resolvidos de forma efetiva e documentada |
| Meta a Cumprir: | Percentual de chamados resolvidos dentro do prazo acima ou igual a 99% em cada mês de apuração. |
| Instrumento de Medição: | Relatórios mensais de chamados atendidos, emitidos pela CONTRATADA e validados pela Fiscalização Técnica do Contrato. |
| Responsável: | Fiscalização Técnica do Contrato |
| Periodicidade: | Mensal |
| Mecanismos de Cálculo: | Nível de Atendimento (%) = (Número de chamados resolvidos dentro do prazo / Número total de chamados do mês) * 100 |
| Início da Vigência: | Início da execução do serviço |

| Ajustes no Pagamento: | <p>Conforme o percentual de atendimento dentro do prazo apurado no mês, aplicar-se-á o desconto conforme os parâmetros estabelecidos na Tabela 6. O desconto será calculado sobre o valor mensal do item correspondente da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR. Limitado a 40% mensal.</p> <table border="1" data-bbox="549 264 1347 521"> <tr> <th colspan="2">Tabela 6</th></tr> <tr> <th>Nível de Atendimento (%)</th><th>Desconto (%)</th></tr> <tr> <td>Acima ou igual a 99%</td><td>0</td></tr> <tr> <td>Acima de 96% até 99%</td><td>15%</td></tr> <tr> <td>Acima de 93% até 96%</td><td>30%</td></tr> <tr> <td>Acima de 90% até 93%</td><td>40%</td></tr> </table> | Tabela 6 | | Nível de Atendimento (%) | Desconto (%) | Acima ou igual a 99% | 0 | Acima de 96% até 99% | 15% | Acima de 93% até 96% | 30% | Acima de 90% até 93% | 40% |
|------------------------------|---|----------|--|--------------------------|--------------|----------------------|---|----------------------|-----|----------------------|-----|----------------------|-----|
| Tabela 6 | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Atendimento (%) | Desconto (%) | | | | | | | | | | | | |
| Acima ou igual a 99% | 0 | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 96% até 99% | 15% | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 93% até 96% | 30% | | | | | | | | | | | | |
| Acima de 90% até 93% | 40% | | | | | | | | | | | | |
| Sanções: | <p>Até 90% de Nível de Atendimento (%), a CONTRATADA estará sujeita à penalidade prevista no item 9 da tabela de infração do ANEXO I-V - SANÇÕES.</p> | | | | | | | | | | | | |
| Observações: | <p>Aplicável a todos os itens da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR, exceto ao item 7.</p> <p>Aplicável a todos os itens da Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 deste TR, exceto ao item 7. Aplicável a todos os chamados registrados nos canais oficiais disponibilizados pela contratada. Não serão considerados para efeito de cálculo os chamados cuja resolução tenha sido inviabilizada por pendências técnicas ou administrativas imputáveis ao contratante. Os prazos para solução definitiva e demais requisitos constam no item 3.6.7 deste TR.</p> | | | | | | | | | | | | |

3.8. FORMAS DE COMUNICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.8.1. A comunicação entre o TSE e a Contratada durante a execução do contrato, far-se-á, preferencialmente, por meio do preposto designado pela contratada.

3.8.2. Poderão ser utilizados para a comunicação:

- 3.8.2.1.** Ofícios;
- 3.8.2.2.** Ordens de Serviço;
- 3.8.2.3.** Mensagens escritas;
- 3.8.2.4.** Relatórios de Medição e Relatórios em geral;
- 3.8.2.5.** Termos de Recebimento;
- 3.8.2.6.** Cartas;
- 3.8.2.7.** Correio eletrônico;
- 3.8.2.8.** Portal web disponibilizado pela contratada;
- 3.8.2.9.** Aplicativos de mensagens instantâneas;
- 3.8.2.10.** Aplicativos de reuniões virtuais.

4. RECEBIMENTO E PAGAMENTO

4.1. RECEBIMENTO

4.1.1. Após o término de cada mês, a CONTRATADA deverá enviar ao TSE, em no máximo 5 dias úteis do mês subsequente à prestação dos serviços, relatório de efetiva prestação mensal dos serviços para aferição de descontos por não atingimento dos níveis mínimos de serviço previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

4.1.2. O TRP será emitido em até 3 dias úteis contados do recebimento da documentação prevista no item 4.1.1, com fundamento no que foi observado ao longo do acompanhamento e da fiscalização do contrato, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

4.1.3. O TRD será emitido em até 2 (dois) dias úteis contados da emissão do TRP e compreenderá a verificação da conformidade do objeto aos termos contratuais, com fundamento no trabalho feito pelo gestor ou pelo fiscal técnico e na verificação dos outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dito, por meio das análises e conclusões dos quesitos previstos na Lista de Verificação contida no ANEXO I-III - LISTAS DE VERIFICAÇÃO.

4.1.4. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, além de cumprir quaisquer obrigações pendentes apontadas pela Fiscalização Técnica, em até 5 dias úteis, contados da notificação.

4.1.4.1. Decorrido o prazo ou sanada a incorreção apontada pela fiscalização será reiniciado o prazo para emissão do TRD.

4.1.5. O TRD contemplará também:

a) todas as evidências de descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, no todo ou em parte, inclusive quanto à adequação do pagamento, considerando eventuais reduções decorrentes do não cumprimento dos níveis mínimos de serviço preestabelecidos neste Termo de Referência, se aplicável;

a.1) no caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e/ou quantidade, deverá estar indicada no TRD a parcela incontroversa, a qual deve ser liberada para pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

b) emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base em relatórios e documentação apresentados; e

c) comunicação à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

4.1.6. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá do contratado a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.2. PAGAMENTO

4.2.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil, **após** do atesto da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/21.

4.2.2. No primeiro e no último mês de vigência contratual, os valores serão rateados à base de 1/30 (um trinta avos) por dia do valor mensal dos serviços, considerando-se o mês de 30 (trinta) dias. Nos meses subsequentes, os encargos da efetiva prestação dos serviços serão cobrados considerando-se o mês de 30 (trinta) dias.

4.2.3. A Contratada deverá entregar o faturamento com toda a documentação exigida em contrato para liquidação e pagamento em até 5 (cinco) dias úteis, contados da emissão do TRD.

4.2.4. O atesto do objeto contratual executado se dará pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de

Nota Técnica de Atesto (NTA). O fiscal administrativo terá o prazo de 4 dias úteis para emitir a NTA e remeter o processo à unidade técnica responsável pelo pagamento, a partir do recebimento do documento fiscal, acompanhado do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e dos demais documentos exigidos em contrato para liquidação e pagamento da despesa.

4.2.4.1. Ficarão suspensos o prazo para emissão da NTA pelo período definido pela fiscalização nos casos em que a Contratada for notificada a apresentar esclarecimentos e documentos. Após o prazo estabelecido, caso a contratada não sane as pendências, a fiscalização administrativa indicará a correspondente ressalva na NTA, e a liquidação poderá seguir com possibilidade de aplicação de glosas/sobrestamentos, até que haja os devidos esclarecimentos/comprovações.

4.2.5. O pagamento a ser efetuado em favor da **CONTRATADA**, em conta corrente previamente informada, estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

4.2.6. O pagamento devido à contratada observará eventuais reduções decorrentes do não cumprimento das metas estabelecidas.

4.2.7. Na fase de liquidação e pagamento da despesa, a unidade de execução orçamentária e financeira realizará consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou nos sítios de cada órgão regulador, com fins de verificar a regularidade da contratada perante a Seguridade Social e a Fazenda Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça Trabalhista.

5. OBRIGAÇÕES

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1.1. Executar, com observação dos prazos e exigências, todas as obrigações constantes deste Termo de Referência.

5.1.2. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

5.1.3. Informar, no momento da formalização da contratação:

5.1.3.1. Nome do responsável (preposto), os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TSE, bem como manter os dados atualizados durante toda a execução contratual, conforme ANEXO I-IV - DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO deste Termo.

5.1.4. Acatar as recomendações efetuadas pela fiscalização do contrato.

5.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto do Termo de Referência.

5.1.6. Fornecer à fiscalização do contrato relação nominal, com os respectivos números de documento de identidade de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, em até 3 (três) dias úteis após o início da vigência do contrato, bem como informar durante toda a vigência qualquer alteração que venha a ocorrer na referida relação.

5.1.7. Fazer com que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do TSE, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa).

5.1.8. Comunicar ao TSE, imediatamente, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução, e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

5.1.9. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TSE, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou

indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato, **observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)** e a Resolução CD/ANPD nº 2/2022, conforme disposto na cláusula - DA PROTEÇÃO DE DADOS do instrumento de contrato.

5.1.10. Assinar o Termo de Confidencialidade ANEXO I-VIII - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (CONTRATADA) e providenciar a assinatura do Termo de Ciência ANEXO I-VII - TERMO DE CIÊNCIA (EMPREGADO) por seus funcionários envolvidos na execução contratual.

5.1.10.1. A CONTRATADA deverá possuir ou firmar acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao TSE, cujos termos sejam suficientes para garantir o cumprimento de todas as disposições do Termo de Confidencialidade.

5.1.11. Fornecer aos seus funcionários EPIs adequados à execução dos serviços e responsabilizar-se por seu uso obrigatório durante todo o período de execução do objeto, bem como as ferramentas e os equipamentos necessários para a execução de todos os serviços previstos neste Termo.

5.1.12. Recompôr, reconstituir ou consertar todo e qualquer elemento construtivo, instalação ou equipamento que venha a avariar no decorrer da execução dos serviços no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados da notificação. Na impossibilidade de atendimento desse prazo, o mesmo poderá ser prorrogado, a critério da Administração, mediante aprovação de justificativa a ser apresentada pela **CONTRATADA**, dentro desse prazo.

5.1.13. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.1.13.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

5.1.14. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.1.14.1. A inadimplência da contratada em relação aos encargos suportados não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

5.1.15. Apresentar mensalmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, relatório técnico dos serviços realizados, mencionando os problemas verificados, as providências adotadas, as recomendações e orientações técnicas, além do tempo despendido no atendimento do chamado.

5.1.16. Orientar seus funcionários acerca da necessidade de observar protocolos sanitários definidos pelo Contratante.

5.1.17. Fornecer máscaras N95 aos seus funcionários, em quantidade suficiente, para ingresso e permanência nas dependências do TSE, **quando houver a exigência do uso por parte do Tribunal.**

5.1.18. Afastar os funcionários que apresentarem sintomas de doenças infectocontagiosas, sem prejuízo da prestação dos serviços.

5.1.19. Apresentar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), nos termos da Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) do Ministério do Trabalho e Emprego, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do início da vigência do contrato, sob pena de notificação aos órgãos competentes pela fiscalização.

5.1.19.1. O documento de que trata o item acima poderá ser entregue com os dados pessoais sensíveis anonimizados, nos termos da Lei nº

5.1.20. Manter, durante toda a vigência do contrato, a reserva de cargos para beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.2.2. Designar servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual.

5.2.3. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas, nos termos de normativo do TSE que disponha sobre os processos de contratação no âmbito do Tribunal.

5.2.4. Permitir que os funcionários da contratada, desde que devidamente identificados, tenham acesso aos locais de execução dos serviços.

5.2.5. Recusar qualquer serviço entregue em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

5.2.6. Realizar reunião inaugural entre a fiscalização e a contratada antes do início efetivo da prestação dos serviços, quando necessário.

5.2.7. Efetuar o pagamento à contratada, segundo as condições estabelecidas nesse Termo de Referência.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), consoante o art. 94 da Lei 14.133/2021, e duração de 36 meses, prorrogáveis nos termos da lei.

6.1.2. O contratante terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.1.3. A extinção mencionada no item 6.1.2 deste Termo de Referência ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses contado da referida data.

6.1.4. O contratante poderá, a seu exclusivo critério e sem qualquer ônus, solicitar a interrupção do serviço de proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS) - itens 2, 4, 6, 9, 11 e 13 - de forma temporária ou definitiva, mediante comunicação formal à contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, permanecendo inalteradas as demais obrigações contratuais.

6.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.2.1. Comprovar, como condição para participação na licitação, não possuir inscrição no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Portaria Interministerial MTPS/MM/IRDH nº 4/2016).

6.2.1.1. A comprovação desse critério será efetuada a partir da consulta ao Cadastro acima mencionado, no sítio eletrônico (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf), no qual consta lista emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

6.2.2. Comprovar, como condição para contratação, não ter sido condenada, a adjudicatária e seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; no

art. 149 do Código Penal; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e nas Convenções nºs 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho.

6.2.2.1. Deverá ser apresentada Certidão Judicial de Distribuição ("nada consta" ou "certidão negativa"), **da esfera criminal, da Justiça Comum, Federal e Estadual**, da adjudicatária e de seus dirigentes.

6.2.3. Apresentar, conjuntamente com a proposta de fornecimento, o(s) comprovante(s) de registro ativo no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do Ibama, relacionados às categorias e atividades listadas abaixo, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Regularidade (CR) válido(s):

6.2.3.1. Categoria 5 - Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações ; Atividade 5-2 - Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática;

6.2.3.2. Caso a licitante não seja fabricante do produto, mas, sim, revendedora, distribuidora ou lojista em geral e, por conseguinte, não desempenhe diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, fugindo, portanto, da obrigação de registro diante da instituição responsável, deverá apresentar o registro e a certificação do fabricante fornecedor do produto.

6.2.3.3. Para todos os casos em que a atividade estiver desobrigada de inscrição no CTF/APP do Ibama, a proponente deverá apresentar declaração assinada pelo responsável legal, constando a Lei nº 6.938/81 e a IN Ibama nº 13/2021, que desobrigam a inscrição da atividade constante do seu código CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

6.2.3.4. Nos casos em que o produto for importado e não havendo norma ambiental ou acordo setorial que preveja ao comerciante a obrigatoriedade do CTF de bem importado, a proponente deverá apresentar declaração correspondente de que o produto é importado, com a apresentação de documento comprobatório.

6.2.3.5. A apresentação do Certificado de Regularidade pode ser dispensada caso o Pregoeiro, de posse do CNPJ do fabricante, logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do Ibama <https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/certificado-de-regularidade/certificado-de-regularidade>, anexando-o ao processo.

6.2.4. Critérios exigidos para execução contratual:

6.2.4.1. Os equipamentos eletrônicos fornecidos e peças de reposição não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.2.4.2. Embalagens fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem;

6.2.4.3. A contratada/fabricante deverá tomar as providências necessárias, utilizando-se de sistema de logística reversa, previsto na Lei Federal nº 12.305/10, com vistas à destinação final ambientalmente adequada das peças, componentes e acessórios substituídos nos equipamentos durante o período de garantia técnica; e

6.2.4.4. Adota-se na especificação, como medida sustentável, a obrigação da contratada de entregar, em meio digital, todos os documentos produzidos ao longo do contrato.

6.2.4.5. Adotar as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do TSE que versem sobre a matéria.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. É vedado transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

6.4. VISTORIA

6.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é fundamental para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia nos locais de execução dos serviços constantes deste Termo de Referência, com fins de análise e elaboração de suas propostas.

6.4.2. A vistoria poderá ser realizada pela empresa, em dias úteis, de 10 às 18h, e agendada com antecedência mínima de 48 horas pelo e-mail semop.servidores@tse.jus.br ou pelos telefones (61) 3030-9063 e (61) 3030-9059, podendo ser realizada até a data de abertura das propostas.

6.4.3. Não será permitida vistoria de duas ou mais empresas concomitantemente.

6.4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir o ônus dos serviços decorrentes.

6.4.5. Caso opte por não realizar a vistoria, essa deverá ser substituída por declaração formal, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.4.6. Todos os custos associados com a visita e a inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.

ANEXO I-I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. REQUISITOS GERAIS 1 - Link de Internet (ITENS 1, 3, 5, 8, 10 e 12)

1.1. LINK

1.1.1 A velocidade dos links de Internet deverá ser de 4 Gbps, simétrica, ou seja, as velocidades de entrada e de saída devem ser iguais (link deve ser dedicado).

1.1.2 O canal deverá ser entregue e mantido sem nenhum mecanismo de restrição a qualquer volume de tráfego.

1.1.3 O regime de operação do serviço deverá ser de 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana.

1.1.4 Eventuais manutenções nos links deverão ser agendadas com antecedência mínima de 72 horas.

1.1.5 A contratada deverá possuir backbone próprio com conectividade internacional própria de, no mínimo, 50Gbps de conexão direta aos Estados Unidos da América, sem backbones intermediários, distribuídos em mais de um enlace.

1.1.6 O canal de comunicação e a porta de acesso ao enlace devem ser exclusivos e dedicados, não podendo haver compartilhamento com outros clientes/usuários do licitante. O acesso deverá ser provido por meio de backbone próprio da Contratada, não sendo permitida a utilização de backbone de terceiros.

1.1.7 Os backbones das CONTRATADAS deverão possuir interligação direta por meio de canais próprios e dedicados a pelo menos 3 (três) AS nacionais e a pelo menos 1 (um) AS internacional. Assim, o backbone deverá

possuir, no mínimo, 3 (três) PTTs com provedores nacionais, sendo que, no mínimo, um seja em Brasília e outro em São Paulo, e 1 (um) PTT internacional. As bandas de saída entre os AS (nacional e internacional) deverão ter cada uma no mínimo 10 Gbps.

1.1.7.1 A contratada deverá informar quais são os AS's, comprovado por meio de relatórios de peering de sites como <http://as-rank.caida.org/>, <http://bgp.he.net/> ou outros que forneçam informações sobre BGP peering, que mostrem que seu Backbone de Internet possui os canais diretos aos AS nacionais e internacionais e as rotas alternativas.

1.1.8 Caso, ao longo da vigência contratual, o TSE implemente a migração da respectiva infraestrutura para IPv6, as contratadas deverão realizar todas as configurações e ajustes necessários em sua infraestrutura, inclusive com reuniões de alinhamento, se necessário, de forma a manter o provimento dos serviços nas mesmas características e qualidade descritas neste Termo.

1.1.9 A configuração do protocolo BGP-4 e VRRP para que o TSE passe a operar como Autonomous Systems – AS, poderá ser exigida ao longo da execução do contrato.

1.2. ROTEADORES

1.2.1 Os roteadores fornecidos por cada contratada deverão ser dimensionados de forma a garantir o desempenho e os níveis de serviço requeridos para o tráfego contratado.

1.2.2 Os equipamentos deverão ser fornecidos com suporte para montagem em rack de 19 polegadas.

1.2.3 Além das interfaces necessárias para entregar o enlace ao TSE, os roteadores fornecidos deverão possuir cada um, no mínimo, 2 (duas) interfaces de fibra óptica 10GBASE-SR em interfaces SFP+ que serão configuradas em LACP (Link Aggregation Control Protocol), que serão utilizadas na rede interna do contratante.

1.2.4 Deverão ser fornecidos 2 cordões ópticos de 20 metros multimodo OM3 ou superior onde o conector para o equipamento do contratante deve ser do tipo LC/UPC.

1.2.5 Deverão ser fornecidos todos os conectores, transceivers, cordões ópticos, cabos e acessórios necessários para o funcionamento da solução, tanto para o equipamento da contratada quanto para o equipamento da contratante.

1.2.6 Os roteadores fornecidos deverão possuir sistema operacional com suporte a:

- a) Padrão IEEE 802.3ad, permitindo assim a configuração em LACP;
- b) Padrão IEEE 801.2p/IEEE 802.1D, permitindo assim a configuração de parâmetros de qualidade de serviço – QoS;
- c) Padrão IEEE 802.1Q, permitindo assim a configuração de VLANs;
- d) Protocolo de gerenciamento SNMP (versões 1, 2c e 3) e suporte à especificação MIB-II, implementados em conformidade com as RFCs 1157, 1213 e 2570, respectivamente;
- e) Protocolos de roteamento, BGP-4, OSPF, RIP e RIP2;
- f) Roteamento estático e dinâmico;
- g) Tunelamento (“tunelling”);
- h) NAT – Network Address Translation, estático e dinâmico;
- i) VRRP e demais recursos para operação redundante;
- j) Configuração residente em memória não volátil;
- l) Interface para configuração local via console auxiliar, remote login http (via browser);
- k) Restrição e controle de acesso (username, password) para login remoto

ou local.

1.2.7 Todos os equipamentos instalados no CONTRATANTE devem possuir 2 fontes de alimentação e suportar alimentação elétrica com seleção automática na faixa de 100 V AC a 240 V AC, em 60 Hz e devem vir acompanhados dos cabos de conexão elétrica com plugues do tipo Tipo N de 3 pinos (Padrão brasileiro).

1.2.8 Todos os equipamentos instalados no CONTRATANTE devem ser dimensionados para operar com carga de CPU e memória em no máximo 70% cada, calculada a média no intervalo de 5 minutos. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um equipamento com uso de CPU ou memória acima destes limites, este deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, num prazo máximo de até 45 dias corridos, a partir da notificação à CONTRATADA.

1.2.9 Todos os equipamentos devem ser dimensionados de forma que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo compatíveis com as velocidades máximas dos enlaces WAN contratados.

1.2.10 Quando uma solicitação de alteração da taxa de transmissão, ou a implementação de protocolos e serviços de QoS, implicar a violação dos percentuais máximos de utilização da CPU e memória, conforme especificado neste Termo de Referência, os equipamentos que não atenderem a estes parâmetros de desempenho deverão ser trocados, sem nenhum tipo de ônus adicional para o TSE, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da notificação à CONTRATADA.

1.2.11 Todos os equipamentos instalados deverão permitir atualizações de sistema operacional e/ou "firmware" para versão mais recente disponibilizada pelo fabricante.

1.2.12 Sempre que houver lançamento de uma nova versão de sistema operacional e/ou "firmware" que faça correções de segurança ou dos serviços prestados, poderá ser solicitada formalmente pelo CONTRATANTE a CONTRATADA a atualização do sistema operacional e/ou "firmware".

1.2.13 É de responsabilidade da contratada informar ao TSE sobre novas versões de sistemas operacionais e/ou "firmware" e fornecer os manuais.

1.2.14 A contratada deverá fornecer ao contratante as senhas de acesso, via portas de console e remota, para cada um dos equipamentos instalados nas dependências do TSE, com privilégios para operações de leitura, bem como fornecer acesso de leitura às estatísticas de SNMP (comunidade de leitura ou usuário/senha). Além disso, a contratada deverá realizar configurações para geração de logs (Syslog - RFC 3164) ou traps SNMP para um ou mais endereços IPs a serem definidos pelo TSE quando o mesmo julgar necessário.

1.2.16 Os equipamentos instalados no TSE deverão estar configurados para permitir acesso remoto somente através de SSH v2, ficando por conta da contratada o fornecimento de todos os recursos necessários à configuração remota, sem ônus adicional ao TSE.

2. REQUISITOS ESPECÍFICOS 1 (ITENS 1 e 8 - Link de Internet de 4 Gbps, Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7)

2.1 Fornecer um bloco único de endereçamento IPv4 válido na internet com o tamanho mínimo de 254 endereços válidos (/24 na notação CIDR) e um bloco único de endereçamento IPv6 com capacidade correspondente.

2.2 A exigência de 254 endereços IP organizados em um bloco "/24" para cada um dos dois links é condição essencial para o TSE e não pode ser flexibilizada. Tais endereços são utilizados para publicação de serviços à população e, atualmente já encontram-se em uso.

2.3 O Tribunal Superior Eleitoral não é um "Autonomous System" de internet, ou seja, não possui endereços IP próprios. Necessita, portanto, contratar seu fornecimento junto a operadoras de telecomunicações.

2.4 Além disso o datacenter do TSE compõe uma nuvem privada da Justiça Eleitoral, hospedando serviços informatizados de todos os Tribunais Eleitorais, de sorte que os endereços IP são utilizados não apenas pelo TSE, mas pelos 27 Tribunais Eleitorais e mais de 3.000 Zonas Eleitorais.

2.5 O número de ativos de rede e de serviços disponibilizados na internet a partir do datacenter do TSE é tal que torna-se inviável a utilização de blocos menores para os referidos itens. Conforme sua relevância, os serviços do TSE e dos TRE são publicados em endereços IP distintos, de forma que um ataque direcionado a um endereço IP não afete os demais serviços hospedados em outros endereços.

2.6 Existe a possibilidade dos atuais 254 endereços serem trocados por outro bloco"/24", no entanto não é possível a utilização de blocos menores sob pena de causar desbalanceamento e problemas de roteamento.

2.7 A utilização de apenas endereços IPv6 também não se mostra viável, pois exigiria a migração não só do TSE, mas também dos 27 tribunais regionais, e ainda não há cronograma para que o TSE e os TRE realizem a migração para IPv6.

3. REQUISITOS ESPECÍFICOS 2 (ITENS 3, 5, 10 e 12 - Link de Internet de 4 Gbps, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7)

3.1 Fornecer um bloco único de endereçamento IPv4 válido na internet com o tamanho mínimo de 14 endereços válidos (/28 na notação CIDR) e um bloco único de endereçamento IPv6 com capacidade correspondente.

4. REQUISITOS GERAIS 2 - Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS) (ITENS 2, 4, 6, 9, 11 e 13)

4.1 O serviço deverá ter capacidade de criar e analisar a reputação de endereços IP, possuindo base de informações própria, gerada durante a filtragem de ataques e interligada com os principais centros mundiais de avaliação de reputação de endereços IP.

4.2 O serviço deverá manter atualizadas as “assinaturas/impressões digitais” de ataques disponibilizados pelo fabricante da solução de detecção, monitoramento e mitigação de ataques.

4.3 O serviço deverá ter capacidade de detectar e mitigar todos e quaisquer ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede, tanto para IPv4 como para IPv6, incluindo, mas não se restringindo aos seguintes:

a) Ataques de inundação (Bandwidth Flood), incluindo Flood de UDP e ICMP;

b) Ataques à pilha TCP, incluindo mal uso das Flags TCP, ataques de RST e FIN, SYN Flood e TCP Idle Resets;

c) Realizar autenticação de conexão TCP, quando do recebimento de pacotes syn;

d) Limitar o número de conexões TCP simultâneas de um mesmo host;

e) Ataques que utilizam fragmentação de pacotes, incluindo pacotes IP, TCP e UDP;

f) Ataques de Botnets, Worms e ataques que utilizam falsificação de endereços IP origem (IP Spoofing);

g) Ataques denominados de “Comand-and-Control”, Point of Sale Malware, Remote Access Trojans RAT’s via feed atualizado diariamente;

4.4 O serviço deverá manter lista dinâmica de endereços IP bloqueados, retirando dessa lista os endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período de tempo considerado seguro.

4.5 O serviço de mitigação deverá ser prestado sem limitação de tempo

de duração do ataque e sem limitação da quantidade de eventos de ataque.

4.6 O serviço deve garantir a entrega de tráfego legítimo compatível com a capacidade total do link contratado.

4.7 A mitigação de ataques deve ser baseada em arquitetura na qual há o desvio de tráfego suspeito comandado pelo equipamento de monitoramento, por meio de alterações do plano de roteamento.

4.8 Em caso de ocorrência de ataque que não seja plenamente mitigado pela solução, a contratada deverá notificar de imediato a equipe técnica do TSE.

4.9 Caso o volume de tráfego do ataque ultrapasse as capacidades de mitigação especificadas ou sature as conexões do AS, devem ser tomadas contramedidas tais como aquelas que permitam o bloqueio seletivo por blocos de IP de origem no AS pelo qual o ataque esteja ocorrendo, utilizando técnicas como Remote Triggered Black Hole.

4.10 No procedimento de mitigação de ataques fica proibido o encaminhamento do tráfego para análise e limpeza fora do território brasileiro, exceto se o tráfego de origem for proveniente do exterior, caso em que será permitido o encaminhamento do mesmo para um centro de mitigação fora do território nacional disponibilizado pela contratada.

4.11 As funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques são mantidas em operação ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual no modo de auto-mitigação.

4.12 O bloqueio de ataques DOS e DDOS não são realizados por ACLs em roteadores de borda.

4.13 A mitigação de ataques DDOS é iniciada em até 10 15 minutos da emissão do alerta.

4.13.1 Caso o prazo indicado não seja cumprido a contratada estará sujeita a penalidade prevista no item 10 da tabela de infração do ANEXO I-V - SANÇÕES.

4.14 A contratada deve notificar por e-mail, previamente informado pelo TSE, quando iniciada a mitigação de ataques e se necessário entrar em contato com a equipe técnica do TSE.

4.15 A contratada deverá fornecer portal web para acesso às informações relativas aos ataques de negação de serviço, incluindo, no mínimo: faixas de endereços IPs, origem de ataque (países), tipos de ataques e magnitude (volume) categorizada por severidade (Ex.: baixo, médio, alto), horário de início do ataque, horário de ação da mitigação, horário de sucesso da mitigação, e horário de fim do ataque.

4.16 Quando solicitado pelo contratante, a contratada deverá enviar relatório de mitigação de ataques em até 48 horas, conteúdo, no mínimo: faixas de endereços IPs, origem de ataque (países), tipos de ataques e magnitude (volume) categorizada por severidade (Ex.: baixo, médio, alto), horário de início do ataque, horário de ação da mitigação, horário de sucesso da mitigação, e horário de fim do ataque.

4.16.1 Caso o prazo indicado não seja cumprido a contratada estará sujeita a penalidade prevista no item 1da tabela de infração do ANEXO I-V - SANÇÕES.

4.17 A contratada será responsável por realizar todas as configurações inerentes ao serviço de proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDOS).

4.17.1 O funcionamento do serviço de AntiDDOS não pode impossibilitar, limitar e degradar o serviço de link de Internet.

4.18 O serviço de proteção contra ataques de negação de serviço (AntiDDoS) deverá oferecer ao CONTRATANTE a possibilidade de escolha quanto ao modelo de funcionamento da mitigação, podendo ser operado nos seguintes regimes: modo automático (proativo), modo manual (Sob demanda) e outros

conforme solução ofertada.

4.19 A(s) operadora(s) vencedora(s) deverá(ão) prover solução de conectividade cuja arquitetura permita a transferência temporária, durante a vigência do contrato, do bloco de endereço IP CIDR "/24" por ela(s) disponibilizada(s) para um provedor terceiro de trânsito IP.

4.19.1 A transferência ocorrerá mediante solicitação do TSE e tem por objetivo permitir que os endereços IP sejam utilizados por outra empresa contratada pelo TSE no intuito de rotear tráfego para centros de scrubbing.

4.19.2 Para viabilizar essa autorização, a CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, emitir e assinar Carta de Autorização (LOA - Letter of Authorization/Agency) em favor do provedor terceiro indicado pelo TSE, autorizando expressamente o anúncio BGP dos prefixos/blocos IP definidos pelo TSE, sob o(s) ASN(s) especificado(s), pelo prazo e condições estabelecidos pelo TSE, sem transferência de titularidade dos recursos de numeração.

5. REQUISITOS ESPECÍFICOS 3 (PARA OS ITENS 2, 4 e 6 - AntiDDoS, Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7)

5.1 Possuir no mínimo 2 Centros Operacionais de Segurança (ou SOC - Security Operations Center) localizados no Brasil, com equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques, com opção de atendimento através de telefone 0800, correio eletrônico, em idioma português brasileiro, durante as 24 horas do dia, nos 7 dias da semana, no período de vigência contratual.

5.2 Possuir 2 centros de limpeza nacional, com capacidade de mitigação total de, no mínimo, 50Gbps e 2 centros de limpeza internacional, com capacidade de mitigação total de, no mínimo, 500Gbps.

6. REQUISITOS ESPECÍFICOS 4 (PARA OS ITENS 9, 11 e 13 - AntiDDoS, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7)

6.1 Possuir no mínimo 2 Centros Operacionais de Segurança (ou SOC - Security Operations Center) localizados no Brasil, com equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques, com opção de atendimento através de telefone 0800, correio eletrônico, em idioma português brasileiro, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

6.2 Possuir 1 centro de limpeza nacional, com capacidade de mitigação total de, no mínimo, 40Gbps e 1 centro de limpeza internacional, com capacidade de mitigação total de, no mínimo, 400Gbps.

ANEXO I-II - MODELO DE PROPOSTA

| | | | | | |
|---------------|--|---------|--|-------|--|
| Razão Social: | | E-mail: | | CNPJ: | |
| Endereço: | | Cidade: | | CEP: | |
| | | | | Tel.: | |

| Tabela - Contratação por Grupos | | | | | | |
|---------------------------------|------|---|-------------------|------------|----------------------|-------------------|
| Grupo | Item | Descrição | Unidade de Medida | Quantidade | Valor unitário (R\$) | Valor total (R\$) |
| | 1 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 | | |
| | | | | | | |

| Tabela - Contratação por Grupos | | | | | | |
|---------------------------------|---|--|-----|----|--|--|
| 1 | 2 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 1 | mês | 36 | | |
| | 3 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 | | |
| | 4 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 3 | mês | 36 | | |
| | 5 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 | | |
| | 6 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 5 | mês | 36 | | |
| | | | | | | |

| Tabela - Contratação por Grupos | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------------------|---|---------|----|--|--|
| | 7 | Construção de caixa de entrada e interligação com infraestrutura existente no TSE | unidade | 1 | | |
| | Valor Total do Grupo 1 (R\$): | | | | | |
| 2 | 8 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo A, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 | | |
| | 9 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 8 | mês | 36 | | |
| | 10 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 | | |
| | 11 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 10 | mês | 36 | | |
| | 12 | Link de Internet de 4 Gbps, Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 | mês | 36 | | |
| | | | | | | |

| Tabela - Contratação por Grupos | | | | | | |
|---------------------------------|----|---|-----|----|--|--|
| | 13 | Proteção contra ataques do tipo negação de serviço (AntiDDoS), Tipo B, com suporte técnico e gerenciamento proativo 24x7 do item 12 | mês | 36 | | |
| Valor Total do Grupo 2 (R\$): | | | | | | |

Declarações:

i) Esta empresa declara que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços e peculiaridades da contratação.

ii) Esta empresa atesta que conhece o local e as condições de realização do serviço.

iii) Esta empresa declara que nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto desta contratação, inclusive compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

iv) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas **no Edital e seus Anexos**.

v) Esta empresa declara estar ciente da necessidade de apresentação dos documentos de habilitação exigidos, bem como dos critérios de sustentabilidades a serem comprovados e dos demais documentos previstos **no Edital e seus Anexos**.

Validade da Proposta:

O prazo de validade desta proposta é de 60 dias, contados da data de abertura do Pregão.

ANEXO I-III - LISTAS DE VERIFICAÇÃO

| TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO | | | |
|--|---|-----|-----|
| Processo SEI Relacionado: Contratada: CNPJ nº: Contrato TSE nº: Objeto: Prestação de serviço de Vigência: | | | |
| Fiscalização: Memorando nº (SEI nº) Fiscal Técnico Titular: Fiscal Técnico Substituto: | | | |
| LISTA DE VERIFICAÇÃO | | | |
| ITEM | ANÁLISE DOS ASPECTOS DE EXECUÇÃO E ENTREGA: | SIM | NÃO |
| 1 | A CONTRATADA iniciou os serviços no prazo previsto? | | |
| 2 | Os serviços foram entregues dentro do prazo previsto? | | |

| TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO | | | |
|---|---|--|--|
| 3 | Foi observado ao longo do acompanhamento e da fiscalização do contrato, descumprimento das exigências de caráter técnico? | | |
| RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS | | | |
| | | | |
| RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO | | | |
| Diante da entrega dos serviços pela CONTRATADA e observada a posterior avaliação detalhada dos aspectos quantitativos e qualitativos a ser efetuada durante o Recebimento Definitivo, essa fiscalização decide por: | | | |
| | RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO, RESSALVADAS EVENTUAIS OCORRÊNCIAS DESCRITAS NESTE DOCUMENTO. | | |
| | NÃO RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO. | | |

| TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO | | | | |
|--|--|-----|-----|-----|
| Processo SEI Relacionado: Contratada: CNPJ nº: Contrato TSE nº: Objeto: Prestação de serviço de Vigência: | | | | |
| Fiscalização: Memorando nº (SEI nº) Fiscal Técnico Titular: Fiscal Técnico Substituto: | | | | |
| ITEM | CRITÉRIO DE CONFERÊNCIA | SIM | NÃO | N/A |
| 1 | ASPECTOS QUANTITATIVOS DO SERVIÇO: | | | |
| 1.1 | O quantitativo de serviços prestados é compatível com o previsto na Tabela 1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS do tópico 3.1 do TR? | | | |
| | | | | |
| 2 | ASPECTOS QUALITATIVOS DO SERVIÇO: | | | |
| 2.1 | Os níveis mínimos de serviço previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) foram aferidos e contabilizados para apresentação à contratada e ajustes no pagamento? | | | |
| | | | | |
| 3 | OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS: | | | |
| 3.1 | Houve descumprimento outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dito? (Caso positivo, descrição no relatório de ocorrências.) | | | |
| | | | | |
| | HOUVE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES? SEI nº: | | | |
| RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS | | | | |
| | | | | |
| RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO | | | | |
| | | | | |

| TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO | |
|---|---|
| Efetuada a análise de conformidade do objeto com as especificações do Termo de Referência e do instrumento contratual, quanto aos aspectos quantitativos, qualitativos e de obrigações contratuais, a fiscalização decide, ressalvadas eventuais observações contidas no Relatório de Ocorrências, por: | |
| | RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO |
| | NÃO RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO |

ANEXO I-IV - DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

| DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO | |
|---|--|
| <p>A empresa Nome da Empresa, com sede na Endereço da empresa, na cidade de Cidade, (UF), CNPJ nº 000.000.000/0000-0, neste ato representada pelo seu Cargo do Representante, Senhor(a) Nome do Representante portador(a) da Carteira de Identidade nº Identidade do Representante, CPF nº CPF do Representante, em atenção ao art. 44 da IN MPDG nº 5/2017, DESIGNA, o(a) Senhor(a) Nome do Colaborador, portador(a) da Carteira de Identidade nº Identidade do Colaborado, CPF nº CPF do Colaborador, para atuar como preposto no âmbito do Contrato TSE nº xx/xxxx.</p> | |
| <p>2. O preposto designado representará a empresa perante o Tribunal Superior Eleitoral, zelará pela boa execução do objeto contratual, exercendo os seguintes poderes e deveres:</p> | |
| a) | Ser acessível ao Contratante, por intermédio do email e dos números de telefone fixo e celular informados neste formulário. |
| b) | Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato. |
| c) | Verificar se os funcionários da contratada encontram-se devidamente uniformizados, utilizando EPI, se for caso, e com apresentação compatível com o serviço. |
| d) | Manter a ordem, a disciplina e o respeito, junto a todo o pessoal da Contratada, orientando e instruindo os empregados quanto à forma de agir com vistas a proporcionar ambiente de trabalho harmonioso. |
| <p>3. A comunicação entre o preposto e o Tribunal Superior Eleitoral será efetuada por meio dos telefones fixo (DDD) 00000-0000 e celular (DDD) 00000-0000 ou do e-mail email@email.com.br.</p> <p>4. A Nome da Empresa compromete-se a manter atualizados, durante toda fase de execução da contratação, os contatos de telefone e e-mail para comunicação com o Tribunal Superior Eleitoral.</p> | |

ANEXO I-V - SANÇÕES

1. Nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 1.7** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 1.8** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 1.9** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 1.10** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.11** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 1.12** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 2.** Ao responsável pela prática de quaisquer dos atos tipificados como infração administrativa, será aplicada sanção de:
- 2.1** advertência, na ocorrência de causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 2.2** multa, na ocorrência de quaisquer das infrações administrativas previstas no item 1 desta Cláusula.
- 2.3** impedimento de licitar e contratar, na ocorrência das condutas previstas nos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 2.3.1** nesta hipótese, o responsável será impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, na ocorrência das condutas previstas nos itens 1.8, 1.9, 1.10, 1.11 e 1.12, bem como nos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 desta Cláusula, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 2.4.1** nesta hipótese, o responsável será impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 3.** Para efeito de aplicação de advertência e multa, às infrações são atribuídos regras, conforme a tabela a seguir:

| TABELA DE CORRESPONDÊNCIA | |
|---------------------------|--|
| GRAU | PERCENTUAL |
| 1 | Advertência |
| 2 | Multa de 0,5% sobre o valor total do item contratado |
| 3 | Multa de 1% sobre o valor total do item contratado |
| 4 | Multa de 3% sobre o valor total do item contratado |
| 5 | Multa de 6% sobre o valor total do item contratado |
| 6 | Multa de 3% sobre a soma do valor total dos itens de ANTIDOTOS contratados |

| TABELA DE INFRAÇÃO | | | | |
|--------------------|--|------------------|-----------------|--|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU DE INFRAÇÃO | INCIDÊNCIA | LIMITE MÁXIMO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE |
| 1 | Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas no termo de referência ou no edital e não elencadas nesta tabela de multas. | 1 | Por ocorrência* | 10 ocorrências |
| 2 | Reincidir no descumprimento da mesma obrigação anteriormente punida com advertência. | 3 | Por ocorrência* | 3 ocorrências |

| TABELA DE INFRAÇÃO | | | | |
|--------------------|--|---|------------------|------------------|
| 3 | Deixar de cumprir o prazo para iniciar ou entregar os serviços contratados. | 2 | Por dia | 30 dias corridos |
| 4 | Deixar de cumprir o prazo para refazimento dos serviços não aprovados no momento do recebimento ou garantia. | 2 | Por dia | 15 dias corridos |
| 5 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. | 4 | Por ocorrência* | 3 ocorrências |
| 6 | Ultrapassar o limite mensal do indicador A do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR). | 4 | Por ocorrência** | 3 ocorrências |
| 7 | Ultrapassar o limite mensal do indicador B do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR). | 5 | Por ocorrência** | 6 ocorrências |
| 8 | Ultrapassar o limite mensal do indicador C do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR). | 6 | Por ocorrência** | 3 ocorrências |
| 9 | Ultrapassar o limite mensal do indicador D do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR). | 4 | Por ocorrência** | 3 ocorrências |
| 10 | Deixar de iniciar a mitigação de ataques DDOS em até 10 minutos da emissão do alerta. | 3 | Por ocorrência* | 10 ocorrências |

* Entende-se por ocorrência a identificação pela fiscalização do contrato do descumprimento. Assim, a contabilização de ocorrência ocorre a cada checagem que é realizada. A periodicidade da checagem pode ocorrer diariamente.

** Entende-se por ocorrência a identificação pela fiscalização do contrato do descumprimento. Assim, a contabilização de ocorrência ocorre a cada checagem que é realizada. A periodicidade da checagem será mensal.

4. Ultrapassado o limite máximo de aplicação da penalidade previsto na tabela de infração, a Administração poderá optar uma das seguintes hipóteses:

4.1. Presente o interesse público, aceitar a continuidade da prestação do serviço mediante justificativa com aplicação apenas da multa de mora e/ou convencional. A continuidade da prestação do serviço só será possível mediante demonstração nos autos de que sua recusa causará prejuízo à Administração.

4.2. Caso os serviços ainda não tenham sido recebidos pelo Contratante, no todo ou em parte, recusar o objeto e rescindir o contrato, configurando sua inexecução total, com aplicação de multa compensatória de 20% do valor total contratado, sem prejuízo das demais consequências previstas em lei e no instrumento contratual.

4.2.1 Nesta hipótese, o responsável será impedido de licitar ou contratar no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.3. Caso parte do objeto já tenha sido recebido pelo Contratante, rescindir o contrato e recusar o restante do objeto, se aplicável, configurando sua inexecução parcial, com a aplicação de multa compensatória de 15% do valor total contratado, sem prejuízo das demais consequências previstas em lei e no instrumento contratual.

4.3.1. Nesta hipótese, o responsável será impedido de licitar ou contratar no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.4. Se a parte recebida do serviço não apresentar serventia à Administração em virtude de ser o serviço indivisível ou interdependentes suas partes, configurar-se-á a inexecução total do contrato, com eventual devolução de valores recebidos pela Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções incidentes ao descumprimento contratual.

- 4.5.** As multas de mora ou convencional não serão cumuladas com a multa compensatória proveniente de inexecução contratual pela mesma infração. A multa de mora ou convencional que já tiver sido quitada poderá ter seu valor abatido do montante apurado da multa compensatória, desde que decorrentes da mesma infração/ocorrência.
- 5.** Na aplicação das penalidades, a Autoridade Competente poderá considerar, além das previsões legais, contratuais e dos Princípios da Administração Pública, as seguintes circunstâncias:
- 5.1.** a natureza e a gravidade da infração;
 - 5.2.** as peculiaridades do caso concreto;
 - 5.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 5.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 5.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
 - 5.6.** a vantagem auferida pela contratada em virtude da infração;
 - 5.7.** os antecedentes.
- 6.** A recusa da licitante vencedora em assinar o contrato ou aceitar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração será considerada como inexecução total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e no Edital da Licitação e a imediata perda da garantia de proposta em favor do TSE, quando for o caso.
- 7.** As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, nos termos dos arts. 78, V e 161 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.** O período de atraso será contado em dias corridos, salvo disposição em contrário.
- 9.** As multas de mora e por inexecução parcial, quando aplicadas em razão de descumprimento contratual, não ultrapassarão o limite de **15%** do valor total do contrato, considerando-se para esse fim cada item como um contrato em apartado, salvo no caso de agrupamento de itens em lote.
- 10.** Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.** Antes da aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a comissão responsável pela apuração da infração intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observado o disposto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.1.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 12.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 13.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e,

nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14. É admitida a reabilitação da licitante ou da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

15. Da aplicação das sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar ou contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.1 O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme art. 166, Parágrafo Único, da Lei nº 14.133/2021.

16. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17. Fica estabelecido que as situações omissas serão resolvidas entre as partes contratantes, respeitados o objeto do contrato, a legislação e as demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133/2021, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

ANEXO I-VI - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

1. Habilitação técnica

1.1 A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar:

1.1.1 Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica operacional em seu nome, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou ou tem prestado, satisfatoriamente, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, o fornecimento de link de Internet com serviço de proteção contra ataques de negação de serviço distribuídos (ANTIDDOS) com características compatíveis com o objeto do Termo de Referência e largura de banda igual ou superior a 2 Gbps.

1.1.2 Documento de outorga da Anatel informando que a licitante é autorizada a comercializar serviços de comunicação de dados.

1.1.3 Declaração emitida pela a própria licitante de que os equipamentos que serão utilizados para prestação dos serviços não possuam anunciadas sua descontinuidade de venda pelo fabricante (*End of Sales*) e estão dentro de sua vida útil com todo o suporte necessário garantido (não estar em *end-of-support*) por todo o período contratual.

1.1.4 Declaração emitida pela fabricante dos equipamentos que serão utilizados nos centros de limpeza com informações sobre a capacidade de mitigação de cada centro de limpeza nacional e internacional para comprovação das exigências dos itens 5.2 e 6.2 do ANEXO I-I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

1.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução.

2. Habilitação Jurídica

2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

2.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

2.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

2.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

2.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

2.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

2.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

2.8 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva".

2.10 De modo a garantir o princípio da competitividade, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, e no item 1.7 do Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, o licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que não existe registro de oportunidade em seu nome relacionado ao objeto desta licitação.

3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

3.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4. Habilitação econômico-financeira

4.1. Serão exigidos para fins de habilitação econômico-financeira:

- a) balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício do último exercício social, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, exigíveis e apresentados na forma da lei, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou empresário individual;

4.2. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar:

- a) liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) superiores a 1.
- b) patrimônio líquido não inferior a 10% do valor anual da proposta quando qualquer dos índices de liquidez geral, de liquidez corrente ou de solvência geral for igual ou inferior a 1.

4.3. No caso de consórcios de empresas, exceto aqueles compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas deverão ser exigidos:

- a) liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) superiores a 1,3.
- b) patrimônio líquido não inferior a 13% do valor anual da proposta quando qualquer dos índices de liquidez geral, de liquidez corrente ou de solvência geral for igual ou inferior a 1,3.

4.4. Para fins de habilitação econômico-financeira de consórcio de empresas, o cálculo dos indicadores será realizado a partir do somatório dos valores das contas contábeis sintéticas de cada consorciado, observada a proporção de participação no consórcio.

4.5. No caso de consórcios de empresas compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas, serão exigidos os indicadores discriminados no item 3.1.

ANEXO I-VII - TERMO DE CIÊNCIA (EMPREGADO)

TERMO DE CIÊNCIA - EMPREGADO

**TERMO DE CIÊNCIA, VINCULADO AO
CONTRATO TSE Nº ____/_____,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL
SUPERIOR ELEITORAL E EMPRESA**

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pela _____, CPF nº _____, pelo presente Termo, assumo perante a empresa _____, o compromisso de manutenção de sigilo sobre as informações a que tenha acesso ou conhecimento no âmbito do Tribunal em razão das atividades profissionais a serem realizadas em decorrência de meu contrato de trabalho com a empresa _____.

Comprometo-me a não divulgá-las ou comentá-las interna ou externamente e cumprir as condutas adequadas contra destruição, modificação, divulgação indevida e acesso indevido, seja acidental ou intencionalmente,

Estou ciente de que esse Termo se refere a todas as informações do Tribunal – dados, processos, informações, documentos e materiais – seja qual for o meio através do qual seja apresentada ou compartilhada: escrita em papel ou nos sistemas eletrônicos, falada em conversas formais e informais, disseminada nos meios de comunicação internos como reuniões, televisão, etc., e da possibilidade de responsabilização nas esferas civil, penal e administrativa por eventuais prejuízos que tenha dado causa, decorrentes da prestação dos serviços objeto do contrato.

Este compromisso terá vigência a partir de sua assinatura, permanecendo em vigor até 10 anos após o término do contrato, mantendo-se, da mesma forma, a obrigação de confidencialidade após o encerramento da vigência do contrato, inclusive em caso de rescisão contratual.

Declaro que o Tribunal tem minha permissão prévia para acesso e monitoramento do ambiente de trabalho.

Local e data:

Empresa:

Nome:

CPF: - RG:

Assinatura: _____

ANEXO I-VIII - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (CONTRATADA)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL TERMO DE CONFIDENCIALIDADE - CONTRATADA

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, VINCULADO

**AO CONTRATO TSE Nº _____/_____,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL
SUPERIOR ELEITORAL E A EMPRESA**

O **CONTRATANTE, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, sediado no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 7, Lotes 1 e 2, Brasília/DF, CNPJ nº 00.509.018/0001-13, representado pelo (a) _____, Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____ e, de outro lado, a empresa **CONTRATADA**, _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, sediada em _____, neste ato, representada por _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, VINCULADO AO CONTRATO TSE Nº _____/_____**, por meio do qual a **CONTRATADA** compromete-se a observar as disposições das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente Termo de Confidencialidade tem por objeto a necessária e adequada proteção às informações confidenciais a que a contratada tiver acesso na execução das atividades do Contrato nº _____/202__ contempladas especificamente no respectivo contrato.

Subcláusula primeira - A **CONTRATADA** reconhece que, em razão da prestação de serviços ao TSE, tem acesso às informações pertencentes ao TSE, descritas na Cláusula Segunda, que devem ser tratadas como controladas.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

As informações controladas abrangem toda informação, por qualquer modo apresentada ou observada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outras a que, diretamente ou através de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venha à **CONTRATADA** ter acesso durante ou em razão da execução do contrato celebrado, incluindo-se, ainda, o presente Termo de Confidencialidade.

Subcláusula primeira - Subcláusula primeira - Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a **CONTRATADA** deverá entrar em contato com TSE e aguardar o retorno, mantendo sigilo quanto à informação até manifestação expressa do TSE sobre a confidencialidade e permissão de acesso. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa do TSE poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES

A **CONTRATADA** compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços ao TSE, as informações controladas reveladas.

Subcláusula primeira – A **CONTRATADA** deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao TSE, devendo cientificá-los da existência deste termo e da natureza confidencial das informações controladas reveladas.

Subcláusula segunda – A **CONTRATADA** deverá possuir ou firmar acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo de Confidencialidade.

Subcláusula terceira – A **CONTRATADA** obriga-se a informar imediatamente ao TSE qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo de Confidencialidade que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA QUARTA

DO DESCUMPRIMENTO

A quebra do sigilo das informações controladas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do TSE, sujeitará a **CONTRATADA**, por ação ou omissão, ao pagamento de multa de acordo com os percentuais descritos a seguir, observada a natureza e gravidade da violação que deu causa à aplicação da multa, bem como as responsabilidades administrativa, civil e penal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo, possibilitando inclusive a rescisão do Contrato nº ____/202__, firmado entre o TSE e a **CONTRATADA** sem qualquer ônus para o TSE.

- 0,5% a 1% sobre o valor do contrato - para situações de baixa criticidade;
- 2,5% a 5% sobre o valor do contrato - para situações de criticidade média;
- 8% a 10% sobre o valor do contrato - para situações de criticidade alta.

CLÁUSULA QUINTA

DO RETORNO DAS INFORMAÇÕES

A **CONTRATADA** devolverá imediatamente ao TSE, ao término do Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada confidencial, conforme este Termo de Confidencialidade, a que teve acesso em decorrência do vínculo contratual com o TSE.

CLÁUSULA SEXTA

DA VIGÊNCIA

O presente termo, de natureza irrevogável e irretratável, terá vigência a partir de sua assinatura, permanecendo em vigor até 10 anos após o término do contrato, mantendo-se, da mesma forma, a obrigação de confidencialidade após o encerramento da vigência do contrato, bem como no caso de rescisão contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos neste Termo de Confidencialidade, assim como as dúvidas surgidas em decorrência da sua execução, serão resolvidos pelo TSE.

Por estar de acordo, a **CONTRATADA**, por meio de seu representante, firma o presente Termo de Confidencialidade, assinando-o eletronicamente.

ANEXO I-IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE REGISTRO DE OPORTUNIDADE

Ao Tribunal Superior Eleitoral,

Referência: Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2026

Objeto: Prestação de serviços de *link* de comunicação de dados entre o Tribunal Superior Eleitoral - TSE e a *Internet*, incluindo serviços de suporte técnico e mitigação de ataques de negação distribuída de serviços (*DDoS*), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, prorrogáveis nos termos da lei, consoante especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Prezados Senhores,

O (LICITANTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, **DECLARA** que, para a apresentação de proposta ao referido Edital, **NÃO** houve ocorrência de “**Registro de Oportunidade**”, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no item 1.7 do Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

Local: _____

Data: ____/____/____

Representante (ASSINATURA) _____ Legal: _____

RG: _____

CPF: _____

JULIANA MILAGRES DE LOYOLA FLEURY
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em **04/03/2026, às 14:29**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=3535752&crc=9DC477EC, informando, caso não preenchido, o código verificador **3535752** e o código CRC **9DC477EC**.

